

A Política Externa Brasileira: uma análise dos governos Dilma (2011-2016) e Bolsonaro (2019-2022) sob a ótica do Construtivismo

Yngrid de Karen Andrade Costa¹
Fabiane Trasel²

RESUMO

Este artigo busca compreender a Política Externa Brasileira no governo Dilma e no governo Bolsonaro, no período de 2011 a 2022, sob a ótica da Teoria Construtivista. O estudo é resultado de uma análise histórica comparativa baseada nas decisões dos governantes quanto à Política Externa brasileira. Serão abordados os conceitos da política externa e da teoria construtivista, com fatores atrelados a cada período estudado para pontuar as características determinantes à execução de cada governo, bem como a forma de representação desses governos à PEB. Assim, os principais resultados foram a identificação das divergências das políticas externas e o perfil de cada governante, o que refletiu significativamente nos investimentos estrangeiros com o passar dos anos. Espera-se que o leitor, a partir deste artigo, possa identificar o perfil de seus governantes, a partir do Construtivismo, com o intuito de contribuir na formação política dos cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Dilma. Bolsonaro. Construtivismo.

1 INTRODUÇÃO

A Política Externa é uma dinâmica de relações mútuas e simultâneas exercidas por uma diversidade de personalidades, como os atores estatais - ministérios e agências federais, entidades subnacionais etc., os atores não estatais na defesa dos interesses públicos e coletivos e também interesses de determinados grupos e setores econômicos e culturais da sociedade brasileira - associações, empresas e movimentos sociais (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Depreende-se que a harmonia dessas relações busca efetivar a realização dos interesses da coletividade que possam decorrer de um fato superveniente, interno ou externo, para o desenvolvimento do país atrelado à uma ação política eficaz, ndconsiderando a existência de conflitos sociais e estruturais. A ideia de categorias teóricas e marcos interpretativos que possam ser propostos para melhor compreender e analisar a

1 Nome da acadêmica. Endereço eletrônico: yngriddekarenn@gmail.com.

2 Nome da Professora tutora externa. Endereço eletrônico: 100170331@tutor.uniasselvi.com.br
Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI - Curso de Relações Internacionais (FLC3297BRI) –
Artigo Final - TG2

Política Externa Brasileira (PEB), portanto, a ideologia escolhida para embasar a presente pesquisa foi a Teoria Construtivista.

Partindo do pressuposto de que o Construtivismo carece de decisões para formar a realidade física, a política externa exige investigações que possam adicionar agentes sociais nas matérias decisórias, tanto na influência política, bem como na sua interação e participação, à medida em que houver a necessidade dessa cooperação.

Nesse toar, o presente estudo compromete-se com a análise das políticas externas elaboradas por cada representante de governo, em seus devidos mandatos, conforme o texto Constitucional brasileiro, por adotar o sistema presidencialista, ao passo que, depois de eleito, o presidente atuará na administração do país, de forma que sejam elaboradas políticas governamentais com sua participação pessoal e ativa na política externa e interna brasileira (MILANI, 2015).

Torna-se explícito que o chefe de governo/estado necessariamente precisa adotar, portanto, uma atuação comprometida com a inserção do país na ordem internacional, a depender de quais políticas devam ser melhores adaptadas a cada realidade ou momento histórico.

A compreensão da teoria construtivista destina-se à consciência dos cidadãos, visto que o desempenho externo dos Presidentes, especialmente no processo decisório e quanto à ingerência do Brasil na ordem internacional, são relevantes ao desenvolvimento interno e seu estudo é imprescindível, com devidas pontuações das transições entre os mandatos, conforme serão aclarados neste artigo.

Assim, o presente estudo objetiva compreender o contexto de criação das políticas externas dos governos em questão, bem como compará-las entre si. Ademais, busca-se analisar a resposta dos atores internacionais, se favoráveis ou não às decisões decretadas pelos presidentes Dilma e Bolsonaro, por meio do Construtivismo, nos tópicos seguintes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A princípio, a PEB depende de estratégias de desenvolvimento que podem sofrer variações a depender do discurso político de cada governo, o que poderá ser determinante para a continuidade das políticas adotadas, também para buscar investimentos estrangeiros, como forma de manter a relação entre os países.

Isso é verificável nas palavras de Miriam Gomes Saraiva (2013):

Pode ser identificado, por um lado, um discurso político que defende a continuidade e, por outro, a instrumentalização da política externa como mecanismo para se

conseguir insumos para o desenvolvimento do país junto com algumas crenças que orientam evolução da política externa há muitos anos: a autonomia e a ação universalista. O universalismo corresponderia à ideia de estar aberto para manter relações com todos os países, e é tanto um produto da diversificação de parceiros quanto um instrumento de ação enquanto player global. A autonomia, por sua vez, seria definida, grosso modo, como a margem de manobra que o país tem nas suas relações com demais estados e em sua atuação na política internacional. Subjacente às ideias de universalismo e autonomia está a crença histórica entre os formuladores da política externa de que o Brasil tornar-se-ia uma grande potência. Com base nesta perspectiva, acreditou-se que o país deveria ocupar um lugar especial no cenário internacional. A política externa seria, neste caso, um instrumento para tal (SARAIVA, 2013, p. 64).

O autor aborda que o Brasil estaria atrelado à ideia de crescimento no que se refere a ter um leque de estratégias para obter posição entre as grandes potências, ao passo "que países como o Brasil adotam com frequência um comportamento internacional de natureza multifacetada que busca, ao mesmo tempo, beneficiar-se das possibilidades do sistema internacional, liderar esforços de remodelá-lo [...], e atuar no contexto regional com uma perspectiva de liderança" (SARAIVA, 2013, p. 65).

A Política Externa do governo Dilma associou-se a "fatores como sua personalidade, sua falta de experiência política, bem como fatores externos" (BRAGA, 2017, p. 28). Partindo desse pressuposto, o período do governo Dilma foi marcado por instabilidades políticas, por ser contrária a algumas posturas do governo Lula, o que gerou predileção da presidenta pela política interna em detrimento da política externa.

A Política Externa do Governo Bolsonaro, portanto, baseia-se em um discurso político ideológico e liberal-conservador (HIRST; MACIEL, 2022) a ponto de criar um cenário anti-globalista. Com esse cenário, é possível verificar que houve uma reconfiguração da ambientação externa brasileira, tendo em vista a radical alteração da harmonia entre os países sul-americanos, por exemplo.

Destaco que, para a realização desta pesquisa, foram considerados os estudos da Teoria Construtivista, como forma de explicar as questões levantadas no início da análise. A referida teoria surgiu após anos de conflito da Segunda Guerra Mundial, no fim da década de 1980 (BARBOSA, 2010), emergindo como uma corrente heterogênea, cumulando diversas correntes ideológicas, a exemplo do liberalismo, realismo e pós-positivismo.

Pauta-se na ideia de uma existência construída, ou seja, o que há no mundo decorreu da escolha de agentes, o que colaborou para sua construção e crescimento. Os construtivistas acreditam que o mundo é algo real e é determinado pela convivência social juntamente à condição física (BARBOSA, 2010).

O estudo do Construtivismo fundamenta-se em quatro pilares a serem explorados:

O primeiro ponto seria, exatamente, a de que o mundo é construído socialmente. Segundo Nogueira e Messari (2005), os teóricos concordam que a premissa

central e comum a todos os construtivistas é que o mundo não é predeterminado, mas sim construído à medida que os atores tomam suas decisões. A segunda premissa, seria a negação da antecedência no debate agente-estrutura, ou seja, os teóricos negam simultaneamente que os agentes precederem a estrutura e vice-versa, pois, ambos são co-constituídos, e jamais um terá precedência sobre o outro ou sobre a capacidade de se influenciar. (HOMCI, 2019, n.p)

O primeiro ponto estabelece sobre a realidade do mundo e a finalidade da existência em si, possuindo como meio de execução o poder decisório dos envolvidos, tendo em vista que serão os beneficiários das predeterminações que corroboram para o desenvolvimento de cada unidade (país). O segundo pilar versa a respeito da simultaneidade das construções, no que tange aos próprios agentes e suas devidas criações decorrentes da tomada de suas decisões, por acreditar que há a ideia de co-construção, sendo um pressuposto de existência para tudo o que há no mundo.

A terceira premissa selecionada é a de que, o construtivismo não descarta causas materiais, mas sim, relaciona as ideias e valores e demonstra como a relação do agente com o mundo material possuem uma função central na criação do conhecimento global. Finalmente, a quarta premissa, onde a teoria construtivista na sua gênese seria uma metateoria, ou seja, ela analisa e discute os postulados das teorias que a antecederam que eram as teorias neorrealista e neoliberal, dessa forma, questionando a validade integral destas. Mas, conforme o construtivismo evoluiu, e começou a explicar o Sistema Internacional com seus próprios conceitos e postulados, ela se tornou uma teoria, pois nesse momento ela observava e examinava o sistema. (HOMCI, 2019, n.p)

O terceiro fundamento sustenta-se no ideal de relação estritamente necessária entre os agentes e a estrutura, visando a harmonia e a interdependência de ambos, ao considerar que as decisões socialmente relevantes serão aplicadas na realidade física do mundo. A quarta base, por fim, discute sobre a origem da Teoria Construtiva, baseando-se em fragmentos de teorias pré-existentes, como forma de explicar situações sob uma nova perspectiva.

Com as explanações acerca do Construtivismo, serão discutidos os governos Dilma e Bolsonaro com as devidas pontuações da Teoria Construtivista, buscando entender como o perfil decisório de cada presidente determina as relações externas do país, bem como visualizar os impactos internos causados por essas decisões.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foram utilizados a análise histórica comparativa e a análise bibliográfica e documental como procedimentos metodológicos, em que aquele consiste em uma análise causal, considerando os fenômenos sociais e políticos

que aconteceram, enquanto este foi imprescindível para o levantamento de dados, bem como sua análise a partir da Teoria Construtivista.

A análise histórica comparativa, neste caso, foi usada para entender e estabelecer as diferenças entre os governantes em questão, com destaque dos períodos dos mandatos eletivos que exerceram, sendo um método suficiente para esclarecer, de forma significativa, o conjunto de fatores apresentados pelo objeto de estudo. Segundo o autor BAZZANELLA (2013), a análise histórica é vista como

[...] toda a história da proposição legislativa, desce no tempo a investigar a ambiência em que se originou a lei, procura enfim encontrar o legislador histórico, como diz Burckhardt, a saber, as pessoas que realmente participaram na elaboração da lei, trazendo à luz os intervenientes fatores políticos, econômicos e sociais, configurativos, da *occasio legis* (BONAVIDES, 2003, p. 406 *apud* BAZZANELLA, 2013, p. 65).

O autor ainda menciona que o método comparativo "como método histórico, o comparativo pode fornecer subsídios para o estudo de outros casos semelhantes ao escolhido pelo pesquisador" (BAZZANELLA, 2013, p. 66).

Tem-se que, segundo Antônio Carlos Gil (2008, p. 16), "o método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles". Assim, é um método utilizado para comparar, como, por exemplo, realizado no presente estudo, situações da política externa brasileira no período de governança da presidente Dilma e do presidente Bolsonaro.

A análise bibliográfica e documental apresentam-se como métodos que permitem averiguar entendimentos de estudiosos/autores que, após pesquisas e constatações, se tornaram fonte de diversas matérias, ao qual foi aplicado para explicar, por meio da análise de gráficos e de documentos, os impactos causados nos investimentos estrangeiros de 2011 a 2022, por meio de conceitos do Construtivismo. Assim, menciona Antônio Joaquim Severino (2013):

A pesquisa **bibliográfica** é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. No caso da pesquisa **documental**, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2013, p. 106, **grifo nosso**).

Os critérios para a escolha dos dois períodos de amostragem foram escolhidos intencionalmente para verificar os diferentes momentos da Política Externa brasileira, com

destaque para as divergências do perfil dos governantes, principalmente pela heterogeneidade partidária, ao passo que foram explanadas posturas tomadas pelos presidentes a determinadas circunstâncias, principalmente no que tange aos aspectos sociais e econômicos da sociedade.

As etapas para a realização desta pesquisa foram o levantamento de dados e, posteriormente, a análise minuciosa das informações obtidas, com o alinhamento ao objetivo desta pesquisa. Ademais, foram utilizados como materiais de pesquisa artigos científicos que versavam sobre o Construtivismo e sobre a Política Externa do governo Dilma e do governo Bolsonaro, bem como gráficos que demonstram os investimentos estrangeiros.

Por fim, registro que os estudos para a elaboração deste trabalho científico compreenderam o período de agosto de 2023 a fevereiro de 2024, por meio eletrônico, com o auxílio de sites de artigos científicos em sua maioria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A PEB nos governos Dilma e Bolsonaro possui divergências consideráveis, a exemplo disso seria a diferença das relações do governo Dilma com a Argentina e a Venezuela, em que houve a continuidade do governo Lula (SARAIVA, 2013), enquanto as relações do governo Bolsonaro foram alheias à continuidade pelos fatores políticos divergentes dos Estados-Nações, conforme menciona Daniel Cardoso (2020):

Os ataques ao multilateralismo e a orientação da política externa por valores religiosos são uma novidade na política externa do país. Também o alinhamento automático com os EUA nunca foi tão profundo quanto o que está a ser desenvolvido pelo governo Bolsonaro. Enquanto que no governo Castelo Branco (1964-1967) houve uma maior aproximação aos EUA, esta foi sempre limitada pela prossecução dos interesses nacionais. No caso do governo Bolsonaro, dado que o retorno material tem sido esparso, este alinhamento pela primeira vez parece ser absoluto, ilimitado e **marcadamente ideológico** (CARDOSO, 2020, p. 33, *grifo nosso*).

Depreende-se, no caso exemplificado, que o anti-globalismo (SILVA, 2022) e a postura frente à política externa adotada pelo governo Bolsonaro, à época, divergem dos antigos governos, especificamente pelo caráter político incompatível com a Argentina e, principalmente, com a Venezuela, de forma que ensejam uma "absoluta ruptura com os vetores tradicionais de atuação do Brasil nas relações internacionais" (CARDOSO, 2020, p. 33).

Nota-se que a Teoria Construtivista impacta internamente o País, pois o poder discricionário do governante (ADLER, 1999), com interpretações normativas, quanto à

adoção de ideologias para a gestão de seu governo, possibilitam uma diversidade de caminhos a serem traçados.

Nesse sentido, pode-se compreender, primeiramente, que a ideologia adotada pelo governo Dilma, a partir do primeiro mandato, não conseguiu estabelecer estreita relação com o Ministro de Relações Exteriores, mesmo que este tenha tentado alcançar uma diplomacia mais tradicional (BRAGA, 2017), de 2011 a 2013. A exemplo das tentativas de corrigir alguns caminhos adotados pelo governo anterior e de cumprir com a diplomacia convencional, o Ministro tentou a "reaproximação com os Estados Unidos e a condenação de violações de direitos humanos no Irã e deixou para segundo plano a defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU e o regionalismo pós-liberal na América do Sul" (BRAGA, 2017, p. 32).

A PEB, de acordo com conceitos da Teoria Construtivista, baseia-se no comportamento do gestor/presidente frente a determinadas situações externas que possam refletir internamente no País. Por isso que os chefes de Estado constantemente realizam viagens internacionais, com o intuito de fortalecer laços, bem como formalizar acordos que resultam em melhoria à população. Assim,

Sobre as viagens realizadas pela presidente Dilma, houve priorização dos países do Mercosul e incoerência de visita a países do Oriente Médio e do Norte da África. Quanto às viagens a países sul-americanos, houve uma redução a menos da metade. A América Central também não foi priorizada. A falta de visitas a países árabes pode ser explicada pela onda revolucionária que atingiu a região a partir de 2011, tais como mudanças de regime na Tunísia e no Egito, guerras civis na Líbia e na Síria, além dos protestos em outras regiões (CORNETET, 2014, *apud* BRAGA, 2017, p. 32).

A questão de prioridade para com os países do Mercosul fora constantes comparados aos anseios da gestão anterior, pontuando-se uma continuidade dos governos, visto o relevante interesse em criar estratégias que possam conectar o Mercosul com outros blocos econômicos.

Todavia, alguns autores entendem que a diplomacia presidencial no governo Dilma não existiu, pelo desinteresse apresentado pela presidenta em implementar a política externa, restando clara sua disposição para os anseios internos do Brasil.

Mas desde muito cedo as diferenças começaram a se fazer sentir, ampliando-se no decorrer do mandato. A diplomacia presidencial e o papel da Presidência como elemento incentivador e equilibrador de diferentes visões de política externa, que havia acontecido durante o governo de Lula, foram abandonados. A vontade política demonstrada pelo Presidente Lula de articular visões favoráveis à projeção global do país e à construção de uma liderança na região **não teve continuidade**. A Presidente Rousseff mostrou sua preferência pela solução dos problemas internos, junto com seu pouco interesse por temas externos, particularmente aqueles que apresentassem ganhos difusos, não tangíveis em um curto prazo (SARAIVA, 2014, *apud* BRAGA, 2017, p. 35, **grifo nosso**).

Essa preferência pela solução de problemas internos também pode ser verificada sob a perspectiva de André Silva (2022, p. 11), ao mencionar que "o governo Dilma sofreu um processo de desgaste e crise [...], em função das mudanças sistêmicas internacionais e da conjuntura doméstica". É provável definir, então, a concordância de entendimento dos autores quanto ao posicionamento do governo Dilma.

Aplicam-se os conceitos definidos pelo Construtivismo, ao passo que existe a discricionariedade do gestor em determinar os rumos em que uma nação possa seguir, principalmente estando sujeito a suas próprias emoções, crenças e ideologias. Perceptível que a presidente Dilma "não tenha tido o mesmo grau de assertividade quanto à política externa é o fato de que o documento do Rio+20, evento sediado no Brasil, não ter conseguido exprimir a liderança brasileira no tema ambiental, ao contrário da Conferência Rio+92" (BRAGA, 2017, p. 36).

Depreende-se que:

O foco da gestão de Dilma foi trabalhar questões econômicas de curto prazo, ao passo que foram deixadas de lado as ações políticas de projeção internacional e de um comportamento estratégico mais geral. As ações que visavam a ganhos progressivos, defendidos pelo Itamaraty, não receberam tanto empenho (SARAIVA, 2014, *apud* BRAGA, 2017, p. 36).

Mesmo que exista a continuidade da gestão anterior no governo da presidente Dilma, na realidade "houve limitação de sua atenção na condução da política externa" (BRAGA, 2017, p. 36), considerando que não houve um planejamento que pudesse convergir as questões externas e internas para o interesse da presidente, ao que corroborou para uma trajetória internacional descendente em seu governo.

Seguidamente, o governo Bolsonaro foi marcado por "um pró-ativismo neofascista e personalista do presidente Bolsonaro, apoiado por um corpo diplomático silenciado que passou a priorizar os critérios técnico-administrativos de suas funções" (RODRIGUES, 2019, *apud* HIRST; MACIEL, 2022, p. 06). Isso provocou expressivas mudanças no cenário das relações do Brasil com os outros países, tendo em vista a alteração político-ideológica, o que rompeu com os posicionamentos adotados pelo governo antecedente.

Todavia, as alterações causaram danos negativos na política externa do Brasil, como:

Os custos imagem externa do país impostos por esta realidade foram denunciados por um grupo de exchanceleres e ministros da Nova República, lamentando o que definiram como "diplomacia da vergonha". Neste contexto tornou-se frequente por parte dos representantes diplomáticos a função de contenção de danos, buscando-se atenuar a possibilidade de incidentes **causados por declarações e posicionamento públicos do presidente Bolsonaro**, seus filhos e parte dos ministros de Estado (HIRST; MACIEL, 2022, p. 07, **grifo nosso**).

O intuito do governo Bolsonaro seria no rompimento das prerrogativas adotadas pelos governos anteriores, ao passo que se utilizou do radicalismo da extrema direita, como forma de contrapor aos ideais da extrema esquerda que vigoravam por pelo menos 15 anos. Acontece que o então presidente deixou de considerar a possibilidade da extensão dos danos que poderiam ser causados por seus posicionamentos públicos, principalmente no que tange à imagem do Brasil no exterior.

Os autores defendem que, no período de 2019-2022, houve uma política alinhada aos interesses dos EUA, restando por adotar uma "diplomacia de vassalagem" (FIORI, 2020), por estar em devoção política e militar, mas que não há benefícios dessa submissão. Nesse sentido, José Luís Fiori (2020) menciona que:

é impossível imaginar um governo que seja mais subserviente e lambe-botas de Donald Trump que o atual governo brasileiro. No entanto, nos últimos dois anos, o Brasil não logrou nenhum acordo comercial significativo com os Estados Unidos e não obteve nenhuma vantagem ou favorecimento especial do governo norte-americano. Pelo contrário, o Brasil já foi objeto de várias retaliações e humilhações econômicas do governo Trump, sem que tenha dito uma só palavra de protesto ou defesa de seus próprios interesses nacionais. E para além dos Estados Unidos, o Parlamento Europeu rejeitou recentemente o acordo comercial que havia começado a tramitar, entre a União Europeia e o Mercosul, como forma de retaliação explícita contra o governo do Sr. Bolsonaro. E para culminar, nos últimos 12 meses, a fuga dos investidores privados estrangeiros do Brasil mais que dobrou, não havendo nenhuma expectativa de reversão dessa tendência que, pelo contrário, deve piorar ainda mais. Por tanto, até agora, a nova vassalagem militar do Brasil não trouxe nenhuma vantagem econômica, nem de mercados abertos nem de investimentos (FIORI, 2020, n.p).

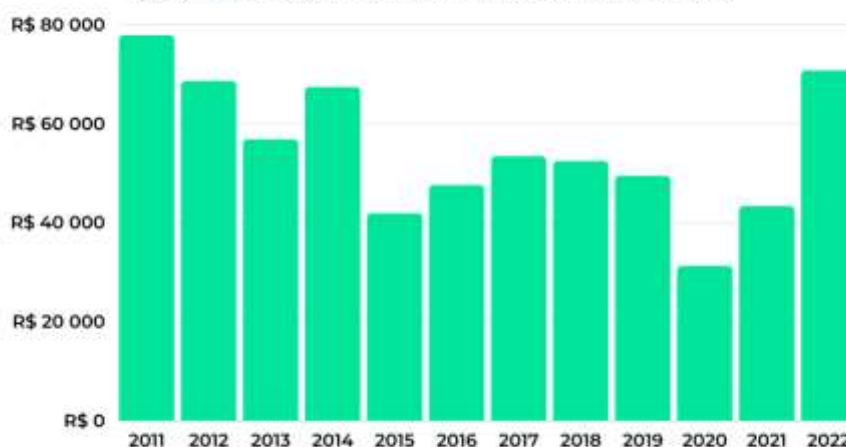
Desde o ponto de vista dos seus conteúdos, a política externa substituiu premissas universais permanentes presentes em sua "atuação internacional por bandeiras pontuais ideologizadas" (HIRST; MACIEL, 2022, p. 07). Depreende-se que os posicionamentos de Bolsonaro tiveram caráter essencialmente político-ideológico, também associado à religião e à exaltação dos valores pátrios, em que acarretaram as drásticas alterações da política externa brasileira, iniciado pela contraposição aos partidos de esquerda, por estes adotarem o modelo de políticas progressistas tanto nos âmbitos sociais quanto nos econômicos (HIRST; MACIEL, 2022).

Em números, o posicionamento dos Países quanto à política adotada pelo Brasil pode ser visualizado pelo Investimento Direto Estrangeiro (IDE), em que os países decidem investir no desenvolvimento da economia do Brasil. Para isso, tem-se os dados fornecidos pelo Banco Central quanto ao IDE auferido pelo Brasil.

GRÁFICO 1: INVESTIMENTO DIRETO NO BRASIL NO PERÍODO DE 2011 A 2022.

Investimento direto no Brasil soma US\$ 70 bi em 2022*

(Valor acumulado entre janeiro e setembro, em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central | * Valor acumulado até setembro de 2022

Fonte: Banco Central, *apud* PRADO, 2022.

Diante do exposto, é possível constatar que no início do governo Dilma, em 2011, os países estrangeiros confiaram investimentos no Brasil, fato verificado pelo maior valor do gráfico acima, o que corrobora na conclusão de que a política externa brasileira das promessas de governo estavam favoráveis, principalmente pela segurança em investir em um governo que daria "continuidade" à política do governo antecessor, proporcionando uma ideia de estabilidade ao caráter político do país, sem que pudesse gerar alterações significativas, mas com as devidas melhorias e modificações.

Os altos investimentos continuaram até o ano de 2014, compreendendo integralmente o período do primeiro mandato da presidente Dilma. Ocorre que a partir do ano de 2015 foi possível verificar uma enorme queda nos investimentos, podendo ser explicado pelos posicionamentos da política da presidente Dilma durante seu segundo mandato, em que adotou uma política mais doméstica (SILVA, 2022).

Isso refletiu em desinteresse dos investidores estrangeiros, o que, somado a outros fatores, ocasionou o *impeachment*, em 2016, da presidente. Após sua saída do cargo de chefia do país, os investimentos retornaram a elevar-se, como verificado nos anos de 2017 e 2018, em que se mantiveram no mesmo patamar após a saída da presidente, o que se supõe a insatisfação dos investidores com a organização política da presidente, até mesmo a insegurança em investir como outrora investiam.

Em 2019, no primeiro ano de mandato eletivo do presidente Bolsonaro, os investidores parecem não ter se atraído pelas propostas do governo, tendo em vista que houve uma pequena queda nos investimentos demonstrada no gráfico, quando comparada

com os dois anos imediatamente anteriores. Ainda em comparação, o governo Bolsonaro auferiu aproximadamente 60% dos investimentos do primeiro mandato da presidente Dilma, o que poderia ser explicado pela mudança radical que assolaria o Brasil no período de 2019 a 2022, como prometido nos discursos políticos do Bolsonaro, podendo provocar um desconforto tanto interno quanto externamente devido à incerteza dos rumos do novo governo.

Após a pandemia de 2020, em que houve uma queda exponencial no investimento direto, o país começou a atrair novamente capital estrangeiro, com a crescente em 2021 e, principalmente, com a explosão no ano de 2022, em que houve valor de investimento significativo, ocupando a posição do segundo melhor valor auferido (logo abaixo dos investimentos de 2011).

Isto posto, deduz-se que a Teoria Construtivista impacta na compreensão da dinâmica da política externa brasileira quando são analisados os perfis políticos dos chefes de Estado, em seus respectivos mandatos, atentando para o fato que existe uma relação com a ideologia social e política adotada por cada presidente.

5 CONCLUSÃO

Com os resultados da presente pesquisa, pode-se verificar que o governo Dilma adotou uma política externa doméstica em relação ao governo Bolsonaro, que, por sua vez, adotou uma política alinhada aos interesses dos EUA, conforme pontuado. As divergências, portanto, foram explicadas pela Teoria Construtivista, em que os posicionamentos dos chefes de Estado são determinados por suas ideologias e estas possuem impactos significativos nas relações externas.

Com isso, o posicionamento do chefe de Estado realmente possui influência na dinâmica da política externa de cada país, como demonstrado pela análise do investimento de outras nações no Brasil, segundo os dados discutidos acima. Em geral, o governo Dilma auferiu mais investimentos estrangeiros quando comparado ao governo Bolsonaro, quando somado o conjunto dos valores obtidos, desconsiderando os valores isolados.

Assim, fica evidente que o Brasil, internamente, sofre com as consequências dos posicionamentos adotados por seu chefe de estado, tendo em vista que cada alteração na política externa brasileira pode acarretar diferentes comportamentos dos investimentos dos países, o que pode gerar impactos sociais e econômicos, sejam favoráveis ou desfavoráveis, verificável nas possibilidades de auferir capital estrangeiro.

Cumpra destacar que essa pesquisa foi pautada essencialmente na Teoria Construtivista, em que os resultados foram decorrentes exclusivamente de seus conceitos, não sendo possível estender os resultados obtidos às pesquisas que estejam sob a perspectiva de outras teorias.

Destaco ainda que as abordagens que construíram o presente estudo poderão ser objeto de pesquisa sobre a política externa adotada pelo atual governo Lula (2023-2026), com as devidas pontuações de retomada ou ruptura com suas ideologias anteriores, bem como comparações à política externa adotada pelo governo Bolsonaro e ao investimento direto a partir de 2023, tendo em vista suas oposições ideológicas e políticas.

Por fim, registro que os objetivos deste estudo foram alcançados, levando em conta que foi possível entender a elaboração das políticas externas de acordo com o perfil dos presidentes em questão, em consonância à Teoria Construtivista, e sobre as consequências, se favorável ou não à política interna de acordo com cada posicionamento adotado por seus governos de acordo com os investimentos estrangeiros.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. Scielo. **Lua Nova**, 47. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wtb8YfCjS5T3NsL4ZXtHnRR/#:~:text=Construtivismo%20%C3%A9%20a%20perspectiva%20segundo,epist%C3%AAmicas%20din%C3%A2micas%20do%20mundo%20material>. Acesso em: 08 fev. 2024.

BARBOSA, Gabriela. O Construtivismo e Suas Versões no Estudo das Relações Internacionais. V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. **Asociación**

Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires. 2010. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-036/340.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2024.

BAZZANELLA, André. **Metodologia científica**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

BRAGA, Joyce. Dilma Rousseff e a política externa brasileira: diplomacia presidencial na UNASUL e no BRICS - 2017. 80 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.246>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CARDOSO, Daniel. Política externa do governo Bolsonaro: continuidade e ruptura. **Janus**, [s.l.], 2020. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4919/1/Janus_20_1_12_DC.pdf. Acesso em: 08 fev. 2024.

FIORI, José. O contrato de vassalagem e a cegueira estratégica dos militares. **Sul21**. 2020. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2020/10/o-contrato-de-vassalagem-e-a-cegueira-estrategica-dos-militares-por-jose-luis-fiori/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. **SciELO Preprints**, [s.l.], 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/4771/9230/9673>. Acesso em: 03 fev. 2024.

HOMCI, Matheus. A Teoria Construtivista das Relações Internacionais. **Blog**. Internacional da Amazônia. 2019. Disponível em: <https://internacionaldaamazonia.com/2019/07/11/a-teoria-construtivista-das-relacoes-internacionais>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MILANI, Carlos. Política Externa é Política Pública?. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, XVIII, 56-75. 2015. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/politica-externa-e-politica-publica/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, 35(1), 11-41. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Dy6zLys78XTnTV8YFkY9ZJJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2024.

PRADO, Maeli. Investimento estrangeiro direto no Brasil é o maior em uma década. **Agência TradeMap**, nov. 2022. Disponível em: <https://trademap.com.br/agencia/brasil/investimento-estrangeiro-direto-no-brasil-e-o-maior-em-uma-decada-saiba-a-razao>. Acesso em 12 fev. 2024.

SARAIVA, Miriam. Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais**, n. 37, p. 63-78, 2013. Disponível em:

https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri37/n37a06.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

SILVA, André. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Researchgate**, [s.l.], abr. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368374065_De_Dilma_a_Bolsonaro_as_transformacoes_matriciais_na_politica_externa_brasileira. Acesso em 12 fev. 2024.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.